

VIOLÊNCIAS, EDUCAÇÃO SEXUAL E DIREITOS HUMANOS

VIOLENCE, SEX EDUCATION AND HUMAN RIGHTS

JACONDINO, Eduardo Nunes
eduardojacondino@hotmail.com
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

GAGLIOTTO, Giseli Monteiro
giseligagliotto@ig.com.br
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

RESUMO O artigo apresenta a questão das violências presentes nas sociedades contemporâneas, mais especificamente no que toca a questão da sexualidade e ao papel da escola enquanto instância que pode oferecer uma educação sexual emancipatória, que se contraponha aos modelos tradicionais de construção das identidades masculina e feminina. Aborda a história da sexualidade humana, baseado na perspectiva de Michel Foucault. Apresenta escritos de Foucault acerca dos modelos de normalização direcionados a sexualidade. O artigo se encerra com reflexões acerca do papel da educação sexual emancipatória nas escolas e da relação desta com os direitos humanos.

PALAVRAS CHAVE: Direitos Humanos. Educação Sexual. Escola. Sexualidade.

ABSTRACT The article presents the issue of violence present in contemporary societies, more specifically regarding the issue of sexuality and the role of the school as it can offer an instance sexual emancipatory education, which balances the traditional models of construction of the male and female identities. Discusses the history of human sexuality, based on the perspective of Michel Foucault. Features the writings of Foucault on standardisation models directed towards sexuality. The article concludes with reflections on the role of sex education in schools and the emancipatory between this and human rights.

KEYWORDS: Sexuality; Sex Education; School; Human Rights.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aponta, do ponto de vista dos objetivos, para a questão da sexualidade e das escolas, tomadas enquanto instancias que podem oferecer uma educação sexual que se contraponha aos modelos tradicionais de construção das identidades masculina e feminina. Modelos estes, calcados em estereótipos, preconceitos e, por vezes, por formas de violência direcionada àqueles/àqueles que não se encaixam nos modelos de normalização historicamente consolidados.

Nesta direção, busca apresentar uma discussão acerca da sexualidade ancorada nas leituras de Michel Foucault, como modo de desmitificar as leituras de 'senso comum', e mesmo as advindas de algumas ciências, acerca da sexualidade humana. Deste modo, aponta para o papel da escola como instância propulsora de uma educação sexual emancipatória¹. Educação consolidada a partir da perspectiva dos direitos humanos. Educação, portanto, que se contraponha às diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica, institucional), existentes numa proporção maior do que a que, muitas vezes, admitimos.

Isto porque vivemos num tempo por meio do qual as sociedades passam por transformações significativas, por meio das quais, por um lado, ampliam-se os direitos: civis, políticos, sociais e culturais; mas que, por outro lado, e de forma paradoxal, se ancoram em processos/relações sociais solidificados por meio de mecanismos violentos e/ou que desrespeitam determinados grupos, classes, indivíduos (ao desrespeitarem as escolhas e/ou as atitudes diferenciadas que estes mesmos grupos ou indivíduos adotam).

Deste modo, a força ou a coerção que produz o dano em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero ou a uma etnia, a um grupo etário ou cultural, e que se dá como um ato de excesso presente nas relações de poder - tanto nas estratégias de dominação do poder soberano quanto nas redes de micro poder entre os grupos sociais - caracterizaria as diversas formas violência social contemporânea (violência doméstica, violência sexual, violência no trânsito, violência contra idosos, etc).

Violência(s) que de maneira distinta do crime estaria(m) instituindo formas autorizadas de convivência interpessoal, embasadas justamente na fratura dos laços sociais, disposta diante de indivíduos/grupos sociais que enfrentam dificuldades em lidar com o outro, o diferente. Adotando diante deste(s) outro(s) a linguagem da violência.

1 Que supere a concepção de 'senso comum' acerca da sexualidade, que coloca a mesma como refém de uma leitura moralista e moralizante (que enxerga a sexualidade como 'sexo', apenas); que supere a concepção científica (advinda da biologia) que atrela a sexualidade ao sexo biológico de homens e mulheres; que supere a concepção religiosa da sexualidade, que tende a enxergar a sexualidade pelo viés do corpo e dos desejos (corpo e desejos que tem origem pecaminosa, e que portanto devem ser disciplinados, adormecidos, mortificados).

Esta ambiência , então, encontrando espaços de proliferação no interior de sociedades que parecem produzir uma sensação de “mal-estar”, caracterizada pelo que autores como Giddens (2002) chamam de modernidade tardia, ou seja, um contexto por meio do qual se rompe o “referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais”, onde “o indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecido em ambientes mais tradicionais” (GIDDENS, 2002, p. 38).

Deste modo, formas de sociabilidade tradicionalmente consolidadas, como aquelas adstritas à família e embasadas por meio da tradição - conformando hábitos e costumes - estariam, na modernidade tardia, passando por mudanças significativas e perdendo muito da sua capacidade de gerar coesão social. Expondo os indivíduos e grupos sociais diante de uma variação crescente de violências.

As escolas, como instituições sociais, infelizmente não estão livres deste contexto violento. E no que se refere à questão da sexualidade (tema que nos importa discutir aqui, de forma mais pormenorizada) a realidade exposta pelos meios de comunicação mostra haver uma série de questões mal resolvidas, por parte das instituições escolares, diante dos cada vez mais frequentes casos de preconceito de gênero, homofóbicos e outros, presentes nestes contextos.

2 AMBIVALÊNCIAS DA MODERNIDADE TARDIA, A QUESTÃO DA REESTRUTURAÇÃO SOCIAL E DA SEXUALIDADE

Segundo Giddens (2005), as instituições tradicionais – políticas, econômicas, religiosas, a família, a escola - estariam sendo confrontadas com situações problemáticas que ultrapassam a capacidade destas, no sentido de darem respostas a estas situações. Por isso, Giddens chama a estas instituições de “instituições casca”, ou seja, “aquelas que se tornaram inadequadas para as funções que são chamadas a desempenhar” (2005, p. 28).

Podem-se caracterizar, estruturalmente, os efeitos da modernidade tardia no paradoxo situado, de um lado, pela crença e pela valorização da democracia, ancoradas no papel a ser desempenhado pelas instituições – dentre elas as

escolares – na busca pela ordem e pela paz social. De outro lado, pela descrença, pelo desencantamento e pela frustração diante dos Estados no sentido de atenderem aos anseios das populações.

Conforme apontam as análises referendadas pelo conceito de modernidade tardia, teríamos entrado num contexto que desafia a capacidade dos Estados-Nação e/ou das instituições tradicionais, no sentido de manterem a paz e a ordem sociais.

O paradoxo que se apresenta, então, tanto pode abrir espaços para a consecução do novo (de novos olhares e novas maneiras de desenvolvermos as relações sociais/interpessoais); quanto pode intensificar formas de discriminação intergrupala, pessoal, identitárias.

Do ponto de vista da escola, é notório o crescimento das análises que se reportam as violências presentes nestes ambientes; bem como relatos de casos de indisciplina e/ou de comportamentos (desenvolvidos por alunos) que destoam de forma significativa daquilo que tradicionalmente ocorria nestes ambientes.

Deste modo, a escola enfrenta situações que desafiam suas práticas e que, de algum modo, a faz repensar seus métodos e/ou suas crenças historicamente consolidadas. Uma dessas situações advém da questão da sexualidade, uma vez que a ‘naturalização das identidades feminina e masculina’, existente no interior das escolas, até pouco tempo atrás, se encontra em xeque (por conta das mudanças comportamentais adstritas a estes ambientes e relacionadas às opções identitárias adotadas por alunos e alunas).

Mudanças que passaram a questionar justamente o modelo heterossexual predominante e que passaram a apresentar desafios, notadamente aos professores, no trato com esta questão.

Nesta direção, discutir-se a temática sexualidade, do ponto de vista educacional, se apresenta como algo imprescindível, no contexto atual. Pois se os alunos não discutirem este tema na escola (que deve ser o lugar do questionamento, da análise), o farão aonde? E sob que bases?

2.1 A HISTÓRIA DA SEXUALIDADE

Mesmo a partir da 'incorporação', nas escolas, da questão da sexualidade, feito por meio dos temas transversais, vemos o mesmo ser tratado, muitas das vezes, de modo inapropriado (por meio de palestras esporádicas, que informam mas não contribuem para que jovens e crianças desenvolvam uma posição e/ou se apropriem da questão; ou então por meio de um olhar biologista, que atrela a identidade dos sujeitos a sua condição biológica, empobrecendo o olhar, possível, acerca da sexualidade humana enquanto portadora de elementos que vão para além da formação biológico/sexual de homens e mulheres).

Uma leitura que nos auxilia a entender melhor este outro viés da sexualidade humana foi feita por Michel Foucault. Em 1976, ano da publicação do primeiro volume da obra *História da Sexualidade I: A vontade de saber*, o autor afirmava que a sexualidade não passava de uma elaboração histórica, não sendo possível explicar suas formas e variações sem que fossem examinados os contextos em que se formaram.

Afirmava, ainda, que a "sexualidade" não é um dado da natureza, mas o nome de um dispositivo histórico, datado da metade do século XVIII: o dispositivo da sexualidade. Uma rede trançada por um conjunto de práticas, discursos e técnicas de estimulação dos corpos, intensificação dos prazeres e formação de conhecimentos (FOUCAULT, 1988).

Cabe lembrar que Foucault desenvolveu uma abordagem rica acerca da condição existencial dos indivíduos inseridos na civilização ocidental contemporânea. Para o autor, o homem ocupa um papel importante no desenvolvimento das Ciências Humanas, uma vez que é sujeito e objeto de conhecimento; resultado de uma produção de sentido, de uma prática discursiva e de intervenções de poder. Foucault (1988) discute o homem – sujeito e objeto do conhecimento – através de três procedimentos advindos de domínios diferentes: a arqueologia, a genealogia e a ética.

Através do método *arqueológico*, o filósofo abordou os saberes, as práticas discursivas, notadamente àquelas que se dirigiram para o 'homem'. Buscou estabelecer inter-relações conceituais entre os diferentes saberes.

Por meio do método *genealógico*, pensou a questão do poder como uma rede, onde o homem é visto como objeto e sujeito das práticas do poder. Suas

análises, nesta fase, giraram em torno de conceitos como os de regimes disciplinares e, mais tarde, do biopoder.

De todo modo, a *genealogia* foucaultiana não se opõe à história, mas aos desdobramentos meta-históricos das significações ideais e das indefinidas teleologias. Sua abordagem opõe-se, então, às pesquisas que visam atingir a 'grande origem'.

Já na última fase da obra do autor, caracterizada pelos estudos sobre a *biopolítica* e sobre os *métodos de subjetivação*, os estudos sobre a ética, ou a possibilidade de apontar o sujeito que constitui a si próprio como sujeito das práticas sociais, surge como exercício de reflexão que busca entender o motivo pelo qual o homem moderno constitui critérios de ação, modelos de subjetivação, e de que modo estes exercícios podem criar espaços para a liberdade.

Tal elaboração² foi feita nos últimos meses da vida de Foucault, momento em que parecia surgir-lhe a necessidade de pensar sobre sua subjetividade. De todo modo, considerava sua filosofia distinta da de Kant, no sentido da concepção de sujeito adotada por aquela, ou seja, enquanto mediador e referência de todas as coisas. Já que, para Foucault (1988), o homem é, em grande medida, produto das práticas discursivas, das relações de poder; mas também da ação ética adotada diante do mundo.

Tomando como base as sínteses de Foucault (1976) sobre a sexualidade moderna, é possível inferir que, até o início do século XVII, os códigos morais não tinham rigidez e as crianças compartilhavam do mundo adulto; portanto, a repressão sexual não imperava sobre os corpos nem sobre os discursos.

Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX. Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre risos dos adultos: os corpos *pavoneavam* (FOUCAULT, 1988, p. 9, grifo dos autores).

2 Os eixos desse método estão expostos em obras do autor como "O uso dos prazeres" e "O cuidado de si" (1984).

Tais questões sobre o espaço para a sexualidade popular e, nesse recorte, o infantil, foram referenciadas também por autores como Nunes (1987), que resgata os mecanismos de controle existentes, neste campo, desde o período medieval. Para Foucault (1988), a era vitoriana (1837-1901) representa o momento da interdição da sexualidade segregada ao regime conjugal. Para o autor, com a ascensão da burguesia vitoriana, o sexo foi “varrido” das ruas e avenidas da cidade e limitou-se ao quarto do casal heterossexual, unido pelo matrimônio e voltado exclusivamente para a procriação.

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este *status* e deverá pagar as sanções (FOUCAULT, 1988, p. 9-10, grifo dos autores).

Nesse contexto, as sociedades burguesas buscaram negar e reduzir ao silêncio a menor forma de manifestação da sexualidade que se configurasse em atos ou palavras, trazendo consequências para a formação da sexualidade da criança.

As crianças, por exemplo sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interdita-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado (FOUCAULT, 1988, p.10).

Foucault (1988) salienta que os discursos foram purificados pela decência e as genitálias encobertas, guardadas, seladas. Quanto às crianças, roubaram-lhes os desejos, sendo-lhes imposta a inexistência do sexo. O sexo tornou-se um assunto nulo e vetado e toda a sexualidade que não acontecesse entre o casal procriador seria vista como anormal e deveria ser silenciada. A sociedade burguesa, forçada a algumas concessões, permitiu que as chamadas *sexualidades ilegítimas* ‘incomodassem’ em lugares lucrativos tais como hospitais psiquiátricos e/ou prostíbulos.

[...] que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro. O *rendez-vous* e a casa de saúde serão tais lugares de tolerância: a prostituta, o cliente, o rufião, o psiquiatra e sua histórica – estes *outros vitorianos*, diria Stephen Marcus – parecem ter feito passar, de maneira sub-reptícia, o prazer a que não se alude para a ordem das coisas que se contam; as palavras, os gestos, então autorizados em surdina, trocam-se nesses lugares a preço alto. [...] Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo (FOUCAULT, 1988, p. 10, grifo dos autores).

As análises de Foucault sobre a história da sexualidade desenvolvem-se enquanto questionamento das formas pelas quais os discursos religiosos, científicos, morais, políticos ou econômicos contribuíram para fazer da sexualidade um instrumento de subjetivação e, ao mesmo tempo, uma ferramenta do poder.

Neste sentido, a sexualidade é vista, num primeiro momento, como um subproduto dos biopoderes, uma forma de controle das populações. Num outro momento, Foucault (1988) a vê como um dispositivo de poder, passando a atuar através de “jogos de verdade”. Os biopoderes, de todo modo, representam as diversas formas com que o poder passa a governar a vida das populações, num processo que se dá por meio da gestão da saúde, higiene, alimentação, da natalidade e da sexualidade, na medida em que se transformam em temas políticos.

Muitos discursos científicos (tais como os advindos da psicanálise), por outro lado, defendem que, desde o século XVIII, com a ascensão da burguesia, a sociedade moderna adotou uma perspectiva repressiva, no que se refere às questões sexuais. Estes discursos apresentam a modernidade como um momento por meio do qual se prega a abstinência sexual e a preservação da energia, que deve ser canalizada para o trabalho.

2.1.1 Educação Sexual, Sexualidade e Hipótese Repressiva

Foucault (1988) discorda da hipótese repressiva, ainda que ela continue aceita como uma verdade, e justifica porque, para ele, a sociedade atual formula em termos de repressão as relações de sexo e poder.

Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que

um ar de transgressão deliberada. [...] É porque se afirma essa repressão que se pode ainda fazer coexistir, discretamente, o que o medo do ridículo ou o amargor da história impedem a maioria dentre nós de vincular: revolução e felicidade; ou, então, revolução e um outro corpo, mais novo, mais belo; ou, ainda, revolução e prazer (FOUCAULT, 1988, p.12).

E afirma, por fim, que:

[...] somos a única civilização em que certos prepostos recebem retribuição para escutar cada qual fazer confidência sobre seu sexo: como se o desejo de falar e o interesse que disso se espera tivessem ultrapassado amplamente as possibilidades da escuta, alguns chegam até a colocar suas orelhas em locação (FOUCAULT, 1988, p.13).

O tema da repressão sexual³ é discutido pelo autor, que desmonta a ideia de repressão e a denomina de hipótese repressiva. Esse desmonte apresenta-se a partir de três dúvidas colocadas. A primeira refere-se a uma questão propriamente histórica:

[...] a repressão do sexo seria, mesmo, uma evidência histórica? O que se revela numa primeiríssima abordagem – e que autoriza, por conseguinte, a colocar uma hipótese inicial – seria realmente a acentuação ou talvez a instauração, desde o século XVII de um regime de repressão ao sexo? (FOUCAULT, 1988, p.15).

A segunda dúvida aponta para uma questão histórico-teórica sobre a repressão.

[...] a mecânica do poder e, em particular, a que é posta em jogo numa sociedade como a nossa, seria mesmo, essencialmente, de ordem repressiva? Interdição, censura e negação são mesmo as formas pelas quais o poder se exerce de maneira geral, talvez em qualquer sociedade e, infalivelmente, na nossa? (FOUCAULT, 1988, p.15).

E, por fim, a terceira dúvida, que se reporta a uma questão histórico-política:

[...] o discurso crítico que se dirige à repressão viria cruzar com um mecanismo de poder, que funcionara até então sem contestação, para barrar-lhe a via, ou faria parte da mesma rede histórica daquilo que denuncia (e sem dúvida disfarça) chamando-o *repressão*? Existiria mesmo uma ruptura histórica entre a idade da repressão e a análise crítica da repressão? (FOUCAULT, 1988, p.15, grifo dos autores).

3 Em A História da Sexualidade I: a vontade de saber (1988).

Todas essas suspeitas levantadas por Foucault (1988) não têm por objetivo anular a hipótese repressiva. O autor não nega a proibição do sexo, mas demonstra que a repressão não se constitui como elemento fundamental das sociedades modernas. Haveria outras formas de poder, utilizadas pelo capitalismo, que não visam apenas o controle, à contenção do prazer, o domínio da sexualidade; mas que, para além disso, incitam o discurso sobre o sexo.

Ora, uma primeira abordagem feita deste ponto de vista parece indicar que, a partir do fim do século XVI, a *colocação do sexo em discurso*, em vez de sofrer um processo de restrição, foi, ao contrário, submetida a um mecanismo de crescente incitação; que as técnicas de poder exercidas sobre o sexo não obedeceram a um princípio de seleção rigorosa mas, ao contrário, de disseminação e implantação das sexualidades polimorfas e que a vontade de saber não se detém diante de um tabu irrevogável, mas se obstinou – sem dúvida através de muitos erros – em constituir uma ciência da sexualidade (FOUCAULT, 1988, p. 17-18, grifo dos autores).

Convém salientar que toda a análise que Foucault (1988) faz da sociedade vitoriana permite constatar que nunca se produziu tanto discurso sobre o sexo, se comparado a outros períodos históricos. O autor, nesta direção, enfoca os ambientes nos quais circulam os discursos sexuais, o que os indivíduos pensam e falam sobre sexo. E, por fim, apresenta as instituições (com seus respectivos saberes) que se ocupam em tomar medidas que firmam a ciência sexual.

Para o autor, a Psicanálise voltou-se às históricas e ao desenvolvimento sexual infantil; a pedagogia preocupou-se com a sexualidade das crianças; a medicina e a psiquiatria dedicaram-se às doenças mentais relacionadas ao sexo; o direito preocupou-se com os crimes sexuais.

Estudos⁴ de medicina, psiquiatria, psicologia e pedagogia foram publicados em teses, livros, revistas e jornais abordando a sexualidade, classificando comportamentos sexuais e definindo o corpo e as zonas erógenas. O próprio Estado demonstrou grande interesse na ciência sexual, em especial na sexualidade das crianças, dos criminosos e dos loucos.

4 CUNHA, Balbino Cândido da. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos*; regras principais tendentes a conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo os quais se devem regular nossos colégios. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1854.

E embora o controle do Estado não fosse centralizador, os discursos, no cotidiano vitoriano, acerca da sexualidade, intensificam o seu controle, vigilância e cuidado.

É importante ressaltar que, para Foucault, as instituições estatais preocuparam-se menos com o controle do sexo normal, dentro do matrimônio (com função procriadora), e mais em disciplinar as sexualidades periféricas denominadas 'perversões', por estas se efetivarem fora do casamento e sem finalidade reprodutiva.

Aqui nos interessa recorrer à análise das instituições disciplinadoras que, constituídas sob o discurso moderno, empenharam-se no papel de controlar o comportamento sexual de acordo com o modelo social vigente, ao mesmo tempo que contribuíram para enunciar e propagar as confidências que os indivíduos sociais faziam aos representantes do poder (médicos, padres, professores) das instituições disciplinadoras, quando exerciam uma sexualidade fora da norma.

Foucault (1988) denominou 'sexualidades periféricas' àquelas relacionadas às:

Crianças demasiado espertas, meninas precoces, colegas ambíguos, serviçais e educadores duvidosos, maridos cruéis ou maníacos, colecionadores solitários, transeuntes com estranhos impulsos: eles povoam os conselhos de disciplina, as casas de correção, as colônias penitenciárias, os tribunais e asilos; levam aos médicos suas infâmias e aos juízes suas doenças (FOUCAULT, 1988, p.41).

No século XVIII, loucos, delinquentes e perversos carregaram o peso e o estigma da "loucura moral", da "neurose genital", da "aberração do sentido genésico", da "degenerescência" ou do "desequilíbrio psíquico". Já no século XIX, ao tratar de repressão, surgem ambiguidades: por um lado, os códigos tornaram-se menos severos quanto aos delitos sexuais e a justiça cedeu lugar à medicina; por outro lado, houve uma potencialização da severidade em todas as instâncias de controle e em todos os mecanismos de vigilância instalados pela pedagogia e pela terapêutica.

Falar do sexo das crianças, fazer com que falem dele os educadores, os médicos, os administradores e os pais. Ou então, falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirigem a elas, ora falam delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhes escapa – tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso (FOUCAULT, 1988, p. 32).

O autor enfatiza que o tema *sexo* vem sendo abordado pela escola já há alguns séculos, advertindo que, ao contrário do que se pensa, esta instituição não se eximiu de tratar do mesmo. Nos colégios do século XVIII não há omissão sobre o tema, pois sempre se falou de sexo. Os colégios apresentam-se, na verdade, como um micro espaço de poder e controle dos corpos e do sexo dos alunos, sendo este um dos liames que pretendemos investigar.

Consideremos os colégios do século XVIII. Visto globalmente, pode-se ter a impressão de que aí, praticamente não se fala em sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo. Os construtores pensaram nisso, e explicitamente. Os organizadores levaram-no em conta de modo permanente. Todos os detentores de uma parcela de autoridade se colocam num estado de alerta perpétuo: reafirmado sem trégua pelas disposições, pelas precauções tomadas, e pelo jogo das punições e responsabilidades. O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. O que se poderia chamar de discurso interno da instituição – o que ela profere para si mesma e circula entre os que a fazem funcionar – articula-se, em grande parte, sobre a constatação de que essa sexualidade existe: precoce, ativa, permanente. Mas ainda há mais: o sexo do colegial passa a ser, no decorrer do século XVIII – e mais particularmente do que o dos adolescentes em geral – um problema público (FOUCAULT, 1988, p.30).

No século XVIII há um investimento dos médicos franceses sobre a criança, sobre o seu sexo, em virtude de ela representar o germe do cidadão da Revolução Francesa. Uma nova sociedade europeia emergia adotando a criança como “objeto” de atenção de médicos eugenistas, acompanhadas dos pedagogos que, em nome da saúde pública, transitavam entre a família e a escola.

Assim, estas duas instituições sociais tratavam de dar conta da educação sexual das crianças. Foi produzida toda uma literatura médico-pedagógica, inclusive no Brasil, como o livro de Peixoto e Couto (1914), *Noções de higiene – Para uso das escolas*; Nunes (1928), *As perversões sexuais em medicina legal* (tese de

doutoramento); Machado (1925), *Ensaio de moral sexual* (tese de doutorado), Almeida (1906), *Homossexualismo*, entre outras que versam sobre a sexualidade do colegial e que mostram a formação de um discurso normalizador do sexo, que foi incorporado pela escola.

Os médicos se dirigem aos diretores dos estabelecimentos e aos professores, também dão conselhos às famílias; os pedagogos fazem projetos e os submetem às autoridades; os professores se voltam para os alunos, fazem-lhes recomendações e para eles redigem livros de exortação, cheios de conselhos médicos e de exemplos edificantes. Toda uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências médicas, casos clínicos, esquemas de reforma e planos de instituições ideais, prolifera em torno do colegial e de seu sexo (FOUCAULT, 1988, p. 30-31).

Foucault (1988) analisa que as escolas e hospitais psiquiátricos, através de sua hierarquia, organização e fiscalização, exerceram, ao lado da família, formas de distribuição de poderes e prazeres. Espaços que surgem com “a sociedade ‘burguesa’ do século XIX”. Sociedade, segundo Foucault, envolta em “perversão explosiva e fragmentada” (FOUCAULT, 1988, p.46). Na verdade, para Foucault a perversão nada mais é do que uma resposta diante da interferência de um tipo de poder sobre os corpos e prazeres.

2.1.2 Os Dispositivos da Sexualidade

Foucault (1988) demonstra, através de uma abordagem histórico-topográfica da sexualidade, que a sociedade moderna alterou o lugar da sexualidade, que até então estivera fundamentada na hipótese repressiva. Sustenta que, a partir do século XIX, ao invés da hipótese repressiva, instalou-se uma geopolítica, uma migração do discurso e das práticas que se debruçam por sobre a sexualidade (o que chama de *dispositivos* da sexualidade).

O primeiro dispositivo seria o da *histericização do corpo da mulher* (mulher sadia x mulher histérica); o segundo o da *pedagogização do sexo das crianças* (a saúde da criança como garantia de, no futuro, ser um adulto trabalhador/produtivo); o terceiro o da *segregação do sexo dos perversos* (psiquiatrização) e o quarto o da *redução das questões sexuais ao sexo procriador no casamento*, por meio de uma dieta normativa matrimonial.

O autor sinalizou que esse primeiro dispositivo (a histericização) foi controlado pela medicina, em especial a neurologia, e por outras ciências herdeiras de seus referenciais, tais como a psicologia e a enfermagem. Aponta a medicina como a instituição que, no século XIX, e conseqüentemente, no século XX, dedicou grande parte dos seus estudos e pesquisas para definir a saúde ou a ausência de saúde da mulher, com relação a um padrão referente à capacidade procriadora.

Das transformações que ocorreram desde o fim do século XVIII, na sociedade ocidental moderna, e dos diferentes enfoques teóricos sobre a questão, destacamos que o valor da maternidade continua presente de forma extremamente arraigada em alguns grupos sociais.

Encontramos em Ariès (1978), referência à construção cultural da maternidade. Segundo Ariès (1978) o marco na incorporação do modelo burguês de família pela classe trabalhadora deu-se no século XIX, quando os trabalhadores agrícolas passaram a residir em casas próprias, separadas de seus patrões. Dessa forma, as constituições sociais e culturais sobre o significado da maternidade estiveram, historicamente, associadas à emergência do sistema social capitalista. A partir do século XIX a educação sexual familiar e institucionalizada teve por objetivo maior manter a mulher saudável para gerar filhos. Havia interesse em conduzir a mentalidade da mulher para a maternidade.

Foi, então, na emergente formação do Estado e das nações modernas que surgiram as maiores preocupações em favorecer o crescimento populacional. Assim, muitos discursos enfatizaram a importância da maternidade para a mulher e para a família, enquanto aquela assumia o monopólio dos cuidados para com os filhos e a casa. Essas atividades garantiram às mulheres certo status social; elas passavam a ser indispensáveis à estrutura da sociedade, por meio do trabalho reprodutivo familiar.

Moralistas, administradores, médicos puseram-se em campo e expuseram seus argumentos mais sutis para persuadi-las a retornar a melhores sentimentos e a *dar novamente o seio*. Parte das mulheres foi sensível a essa nova exigência. Não porque obedecessem às motivações econômicas e sociais dos homens, mas porque um outro discurso, mais sedutor aos seus ouvidos, esboçava-se atrás desse primeiro. Era o discurso da felicidade e da igualdade que as atingiam acima de tudo. Durante quase dois séculos, todos os ideólogos lhes prometeram mundos e fundos se assumissem suas tarefas maternas: *Sede boas mães, e sereis felizes e*

respeitadas. Tornai-vos indispensáveis na família, e obtereis o direito de cidadania (BADINTER, 1985, p.146-147, grifo dos autores).

E assim, muitas mulheres das classes altas ou pobres, num processo que se deu do final do século XVIII ao século XIX, acataram o ofício de boa mãe. Dessa forma, os bebês e as crianças tornaram-se objetos privilegiados da atenção materna.

No século XIX, a presença do médico foi muito bem aceita no âmbito familiar; afinal ele ditava as normas quanto aos cuidados e higiene que as mães precisavam colocar em prática, de modo a garantir a saúde das crianças. Esses cuidados todos com as crianças, no espaço privado, fez emergir no seio da família um sentimento novo, uma nova afetividade: o sentimento moderno de família.

Conforme Ariès (1978, p. 25) “o sentimento de família, ‘essa cultura’, centralizava-se nas mulheres e crianças, com um interesse renovado pela educação das crianças e uma notável elevação do estatuto da mulher”. A família passa a tomar a educação das crianças como o investimento prioritário, com o objetivo de reputá-las para a concorrência no mercado de trabalho. Assevera Ariès (1978) que a família moderna,

[...] separa-se do mundo e opõe à sociedade o grupo solitário de pais e filhos. Toda a energia do grupo é consumida na promoção das crianças, cada uma em particular, e sem nenhuma ambição coletiva: as crianças, mais do que a família (ARIÈS, 1978, p. 271).

Nesta direção, Badinter (1985) destaca que as crianças da classe trabalhadora eram o objeto primordial dessa “preocupação” e dessa política “pedagógica”, pois deveriam ser adequadamente socializadas para sua futura função (como força de trabalho). O surgimento das instituições sociais, portanto, refletiu a necessidade de aperfeiçoar o controle político-pedagógico sobre a classe trabalhadora; a medicina e o aparato sanitário desempenharam papel estratégico nessa política.

Entre os séculos XIX e XX, de um lado, a mulher passou a ser objeto da medicina, na busca do corpo saudável e potencialmente procriativo e, de outro, pela

definição do corpo como incapacidade de gerar filhos, por ser portadora de um útero defeituoso, que a classificou como mulher histérica⁵.

Decorrentes da medicina, todas as análises psicopedagógicas passaram a ser análises comportamentais, espelhadas na saúde procriadora da mulher. Esse movimento de histericização do corpo da mulher produziu uma mudança no papel da família, na função do casamento e na sociedade como um todo.

Lembremos que, no período histórico da Idade Média, somente os ricos casavam com a finalidade de reproduzir a riqueza e, por isso, a procriação era restrita à geração de um filho homem, capaz de garantir a herança.

Nas sociedades modernas (século XIX), o casamento foi instituído com função procriadora, para a geração de muitos filhos, como modo de se consolidar uma mão de obra necessária ao capitalismo. Deste modo, o propósito da educação sexual pautada na saúde passa a ser a garantia de geração de filhos para alimentar a máquina da indústria capitalista.

Foucault (1988) oferece uma profunda análise da normatização que a ciência produz sobre a sexualidade, considerando que toda e qualquer educação sexual feminina que priorize a saúde sexual, tendo em vista a procriação/maternidade, está dentro do dispositivo moderno da sexualidade.

O segundo dispositivo, como foi afirmado, é a *pedagogização do sexo das crianças*. Aqui, as crianças passam a serem referências importantes, tendo em vista os papéis sexuais dominantes e a necessidade de mão de obra sadia. O dispositivo da pedagogização do corpo da criança especificou as funções vitais biológicas, com a finalidade de criar uma performance procriativa nas crianças, como o controle da

5 Um conjunto de descrições caracterizava o comportamento da mulher histérica: toda mulher que não tivesse a capacidade de gerar um filho seria 'a priori' doente, nervosa, controladora, dissimulada, entre outras adjetivações. [...] a histeria, essencialmente caracterizada por um fenômeno de esquecimento, de desconhecimento maciço pelo sujeito de si mesmo, que podia ignorar pelo viés de sua síndrome histérica todo um fragmento do seu passado ou toda uma parte do seu corpo. Freud mostrou que esse desconhecimento do sujeito por ele próprio era o ponto de ancoragem da psicanálise, que ele era, de fato, não um desconhecimento geral pelo sujeito de si mesmo, mas sim um desconhecimento de seu desejo, ou de sua sexualidade, para empregar uma palavra que talvez não seja muito adequada. Então, inicialmente, desconhecimento do seu desejo pelo sujeito. Eis o ponto de partida da psicanálise; a partir daí, esse desconhecimento pelo sujeito do seu próprio desejo foi situado e utilizado por Freud como meio geral simultaneamente de análise teórica e de investigação prática dessas doenças. (FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Tradução de Elisa Barbosa e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 58).

masturbação. O sexo das crianças passou a ser vigiado e significado de tal forma que a sociedade definiu um parâmetro de normalidade, de descrição e de controle.

A educação sexual, no sentido de “pedagogizar”⁶ o sexo das crianças, pautou-se no dispositivo que colocou a educação sexual dentro de um parâmetro de ordenamento, fundado no sistema capitalista moderno. Prescreveu procedimentos adequados a cada faixa etária, criando etapas de apropriação das informações e das disposições da sexualidade da criança.

Esse dispositivo sustentou a grande maioria dos projetos de educação sexual produzidos desde então, traduzindo-se em uma *pedagogização da sexualidade infantil* ou das manifestações da sexualidade da criança.

Nesta direção, surge um elemento extremamente eficiente de enquadramento da corporeidade à função meramente procriativa, genital e mecânica que, ao invés de trabalhar categorias amplas, humanizadoras, prescreve uma sexualidade enquadrada numa perspectiva biológica e procriativa.

Foucault (1988) chamou de *pedagogização* a criação de espaços considerados adequados para o tratamento das questões relativas à sexualidade infantil e ao estabelecimento de comportamentos tipologizados que se voltam ao controle dos comportamentos sexuais infantis.

Todas as transformações amplas nos setores sociais, econômicos e culturais que ocorreram no processo de modernização da sociedade foram igualmente criadoras das necessidades que as instituições tiveram que adequar as suas funções.

Com o advento da escolarização da educação, na modernidade, a instituição escolar assume um papel de controladora e adaptadora das necessidades disciplinares que, conforme Foucault, é fruto da sociedade que, desde o final do século XVIII, sustenta práticas de distribuição de saber-poder por todo o corpo social.

6 A pedagogia no sentido de condução educativa, criar uma conduta aceitável. A pedagogização do sexo da criança é um outro processo que mostra a formação de um dispositivo voltado para a produção do discurso e não para interdições. Partindo-se da ideia de que a criança seria portadora de uma sexualidade, ao mesmo tempo natural e perigosa, elabora-se todo um mecanismo de recondução dessa sexualidade para padrões “aceitáveis”, a partir de um combate rigoroso as práticas de onanismo. Entretanto, as ações dos mecanismos de controle e vigilância dos discursos moralizadores e das armadilhas montadas contra a masturbação não tem o efeito de suprimir tal prática, mas sim de expandir os efeitos das relações de poder sobre os indivíduos. (FONSECA, Marcos Alves. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 2003. p. 86).

Como o indivíduo precisa aprender a exercer ofícios e funções, instituições como a escola operam a pedagogização porque tem o poder de, através de mecanismos pedagógicos, assegurar responsabilidade, prontidão, submissão, obediência e docilidade.

Deste modo, as crianças e adolescentes que frequentam estas instituições são obrigados a fazer filas, a usar carteiras, a repetirem padrões textuais como critério para aprendizagem, a treinarem a escrita, fazerem provas, passarem por avaliações e testes de aprendizagem e/ou recuperação, sendo vigiados e controlados por um professor.

Todo esse treinamento segue um padrão fixo que tem por objetivo normatizar os alunos, rotular e excluir os que se afastam da norma. Por isso mesmo, há exigência de um certo tipo de medicina (medidas sanitárias, corpos e populações saudáveis e produtivas); certo tipo de psicologia (conhecer o comportamento e dificuldades de adaptação); certo tipo de pedagogia (escola como instrumento para a acomodação de atitudes, comportamentos, hábitos, corpos treinados e docilizados, indivíduos adaptáveis e produtivos).

Sociedade que exige ainda, tipos de saberes: o técnico, o especialista na área, que é veiculado por certo tipo de discurso; o da eficiência, da norma, sempre respaldado pelo fator “científico”, isto é, o lugar institucional de onde ele pode falar é o lugar que nossa sociedade tem reservado à ciência, como autoridade máxima e como modelo e padrão pelo qual as demais atividades e práticas devem guiar-se.

De forma mais explícita, cresce em importância a força de autoridade de um discurso baseado nos testes, na prova, na medida; aquilo que Foucault (1988) chamou de extração da verdade e circulação do discurso da verdade. Que, por sua vez, sustenta e permite a implantação de um discurso pedagógico no interior e no exterior do espaço escolar.

A “pedagogização” do ensino na sociedade disciplinar e autocrática, que reproduz os padrões epistemológicos do modelo representacionista, visa à mensuração, à verdade objetiva da metodologia única, que se volta ao ensinamento de uma ciência unidimensional que, por sua vez, se baseia no exame, no teste empírico, na vigilância, na normalização.

O terceiro modelo ou terceiro dispositivo trabalhado por Foucault se refere a *redução matrimonial ao sexo procriativo*. Este dispositivo produziu um comportamento sexual que valoriza o casal procriativo, atrelado ao primeiro dispositivo. Estabelecendo como dogma a necessária geração de filhos, por parte do casal, sob pena de realizarem um sacrilégio, sendo acusados de desvio psicológico.

Dentro dessa mentalidade moderna, o sexo procriativo passou a ser o dispositivo de maior enquadramento familiar. Houve um período, entre os séculos XIX e XX, em que, sendo constatada e denunciada a incapacidade do cônjuge, de gerar filhos, tornava-se legítima a anulação do casamento (por se tratar de um erro fundamental de pessoa).

O quarto dispositivo – a *segregação do sexo dos perversos* – se relaciona ao fato de que quem não estiver de acordo com os outros três dispositivos (não sendo *pedagogizado, histericizado* e não tenha casado para gerar filhos, garantindo o elemento procriativo) sofrerá a exclusão segregacionista das sexualidades tidas como anormais, dilaceradas ou marginais. Deste modo, as sexualidades não procriativas, não saudáveis e não institucionalizadas, exigidas pelo contexto do capitalismo, intensificam-se fundadas nos preceitos e dispositivos do direito e da psiquiatria.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foucault (1988) contribuiu para clarear e denunciar a sexualidade consolidada nas sociedades modernas. Por meio da análise dos elementos controladores e normalizadores; bem como por ter mostrado que a educação sexual escolar, clínica, médica e normativo-religiosa são expressões da sexualidade burguesa dominante. Uma sexualidade que se torna controlada, compensada, enquadrada. Em suma, violentada.

A perspectiva foucaultiana (1988) retrata uma análise bio-histórica e bio-política da sexualidade que,

[...] nos impulsiona para uma abordagem crítica, histórica, analítica, educacional, ética e esteticamente libertadora, passível de ser pensada e vivenciada numa sociedade que venha a superar os padrões ditados pelo poder dominante, quer no campo das relações materiais, quer no campo

das relações de poder e de reprodução ideológica e institucional (SILVA, 2001, p. 69-70).

Sabemos que esse impulso alimenta nossa defesa por uma educação sexual emancipatória, mas temos clareza de que esta somente pode ser materializada como utopia pedagógica. As condições histórico-institucionais da Educação Sexual, no Brasil, apontam para a necessidade de superação da visão burguesa da sexualidade (da visão moralista e biologista) e para a integração entre as dimensões materiais e subjetivas da vida humana (em sociedade).

A sexualidade, hoje, se coloca para as escolas a partir de uma perspectiva ética, ou seja, diz respeito a como podemos trabalhar e como podemos vivenciar a sexualidade de forma a compreendê-la enquanto elemento constitutivo do homem, não adstrita a suas funções biológico-reprodutivas. Mas adstrita a seus direitos.

Destacamos que, a partir da Revolução Industrial e das mudanças ocorridas nos modos de produção, a sexualidade passou a ter um peso econômico/social. Paralelamente a isto incorporou um caráter moralista, próprio da sociedade patriarcal.

Para ficar de acordo com os princípios religioso-católicos, o sexo só poderia ser vivenciado dentro do casamento burguês. Tal sociedade, munida de uma repressão sexual, passou a exercer um controle muito maior sobre a propriedade privada e os seus fins hereditários, do que sobre o prazer sexual propriamente dito. Ainda assim, convém ressaltar que o corpo continuava a ser visto como assexuado e avaliado como um instrumento de trabalho, acima de tudo. A expansão colonial e a necessidade de povoar as colônias somadas à industrialização, a partir do século XVII e XVIII, contribuíram para a produção de discursos sobre procriação e sexualidade.

De todo modo, a sexualidade, desde a sociedade do pós-guerra (anos 50) até hoje, assumiu diversos contornos, deslocando-se do campo da religião e da medicina para fazer parte de todas as dimensões da vida moderna: da sociedade de consumo, da sociedade da produção, sendo vista por meio das representações simbólicas.

Pode-se afirmar que a sexualidade define o homem; por ser parte da condição ontológica deste. De todo modo, é preciso que a escola seja o *lócus* por

meio do qual todos os discursos e prescrições sobre a sexualidade humana, e principalmente sobre a sexualidade infantil, sejam analisados.

Os valores sociais estão em ebulição, no entanto, leituras e posturas anacrônicas em relação à sexualidade humana perduram. É preciso que se construa uma visão diacrônica e criteriosa da sexualidade.

[...] implica retomar alguns recursos metodológicos: a história, a antropologia, a moral e a evolução social. Não se fala da sexualidade de maneira fragmentada, dividida, estanque. As relações sexuais são relações sociais, construídas historicamente em determinadas estruturas, modelos e valores que dizem respeito a determinados interesses de épocas diferentes (NUNES, 1987, p. 15).

Por tais razões, falar sobre a sexualidade é falar sobre as condições sociais, culturais e morais que subjazem a existência humana em determinado período histórico. É se posicionar politicamente e contribuir para as mudanças comportamentais necessárias, caso se queira avançar para uma sociedade onde os indivíduos sejam capazes de autogerir seus comportamentos e sejam capazes de se libertar das amarras que os tornam 'menores', incapazes de conhecerem minimamente a si mesmos e proporem formas libertárias de convivência social.

Falar sobre a sexualidade humana é resgatar o tema dos direitos humanos, sociais, políticos e culturais que, enquanto mecanismos advindos dos avanços adstritos à modernidade, propiciaram um modelo de justiça social/humano que condiz com um processo civilizatório esperado. Um processo que respeite as diferenças e que subsista por meio de instituições e saberes que contribuam para a emancipação de crianças, homens e mulheres; ajudando-os a enfrentarem formas violentas de relação social/institucional.

EDUARDO NUNES JACONDINO

Professor do Colegiado de Pedagogia e assessor pedagógico da Direção Geral de Campus (Francisco Beltrão) da Unioeste.

GISELI MONTEIRO GAGLIOTTO

Doutora em Educação. Professora do Colegiado de Pedagogia da Unioeste. Líder do Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade (GEDUS), criado em 2003.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

BADINTER, E. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Mara Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 15.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. *Mundo em Descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NUNES, C. A. *Desvendando a Sexualidade*. 7. ed. Campinas: Papyrus, 1987.

SILVA, E. A. da. *Filosofia, Educação e Educação Sexual: matrizes filosóficas e determinações pedagógicas do pensamento de Freud, Reich e Foucault para a abordagem educacional da Sexualidade Humana*. 2001. 300 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.